



EESC info

European Economic and Social Committee

A bridge between Europe and organised civil society

March 2021 | PT

This page is also available in:

- [ES](#)
- [BG](#)
- [CS](#)
- [DA](#)
- [EN](#)
- [DE](#)
- [ET](#)
- [FR](#)
- [EL](#)
- [GA](#)
- [HR](#)
- [IT](#)
- [LV](#)
- [LT](#)
- [HU](#)
- [MT](#)
- [NL](#)
- [PL](#)
- [FI](#)
- [RO](#)
- [SK](#)
- [SL](#)
- [SV](#)

Available Languages:

EDITORIAL



Editorial

Caras leitoras, caros leitores,

É neste mês que comemoramos todos os anos o Dia Internacional da Mulher. Porém, este 8 de março recorda-nos, mais uma vez, a triste realidade de que muito resta ainda por fazer para assegurar a plena participação das mulheres na sociedade.

As mulheres estão sub-representadas nos órgãos de decisão política e económica, registam taxas de emprego mais baixas e auferem remunerações inferiores às dos homens.

Além disso, a atual pandemia e a crise económica mundial demonstraram claramente que as mulheres, assim como os jovens, são os grupos que estão a pagar o preço mais alto e que muitas das conquistas alcançadas a tanto custo nas últimas décadas estão em risco. Por último, o ónus do trabalho doméstico e da prestação de cuidados não remunerados recai sobre as mulheres, enquanto a coabitação forçada em período de confinamento conduz frequentemente ao aumento dos casos de violência de género.

Por esta razão, urge atacar com determinação as desigualdades e a discriminação que ainda existem. Não podemos desperdiçar mais tempo e temos de nos assegurar que a dimensão de género é integrada em todas as políticas através de medidas específicas.

A Comissão Europeia, presidida pela primeira vez por uma mulher na pessoa de Ursula von der Leyen, prometeu abordar imediatamente a igualdade de género e adotar medidas para colmatar as lacunas que ainda existem entre os homens e as mulheres no mercado de trabalho, nos salários e remunerações, nas posições de topo nas empresas e na representação política. Por conseguinte, a proposta de diretiva sobre a transparência salarial publicada em 4 de março é um primeiro passo importante na direção certa.

No entanto, o que importa verdadeiramente é assegurar uma mudança cultural abrangente para vencer os estereótipos de género e obter a igualdade plena. O CESE está empenhado neste combate e contribuirá para melhorar a situação através dos seus pareceres, a fim de influenciar tanto as instituições europeias como as organizações que representa. É um combate que temos de abraçar em conjunto, homens e mulheres, para tornarmos a sociedade verdadeiramente igualitária e deixarmos aos nossos filhos um mundo melhor.

Giulia Barbucci

Vice-presidente responsável pelo Orçamento

AGENDA

30 de março de 2021, Bruxelas (à distância)

Vacinação contra a COVID-19 e pessoas com deficiência

15 de abril de 2021 (à distância)

Cocriação de serviços de interesse geral: o papel dos cidadãos e das suas organizações

27 e 28 de abril de 2021, Bruxelas (à distância)

Reunião plenária do CESE



UMA PERGUNTA A...

Na nossa secção «Uma pergunta a...» solicitamos aos membros do CESE que se pronunciem sobre uma questão de atualidade que nos pareça particularmente pertinente.

Para a edição de março, pedimos a **Baiba Miltovica**, presidente da Secção dos Transportes, Energia, Infraestruturas e Sociedade da Informação que partilhasse com os leitores do CESE Info a sua opinião sobre o papel do transporte ferroviário em relação aos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, em particular em 2021, que foi declarado Ano

Europeu do Transporte Ferroviário. (ehp)



DESENVOLVER UM SISTEMA FERROVIÁRIO MAIS RESISTENTE E EFICAZ

Pergunta do Boletim CESE Info: «Este ano foi designado Ano Europeu do Transporte Ferroviário. O objetivo principal deste projeto é contribuir para a consecução dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu no domínio dos transportes, centrando-se especificamente no papel do transporte

ferroviário.

Tendo isto em conta, qual a sua opinião sobre uma abordagem dinâmica para aumentar a utilização do transporte ferroviário?»

Baiba Miltoviča, presidente da Secção TEN

A União Europeia declarou 2021 Ano Europeu do Transporte Ferroviário, a fim de encorajar os cidadãos a utilizarem mais os serviços ferroviários nas suas vidas quotidianas. As razões principais que impedem as pessoas de escolher diariamente os serviços ferroviários diferem de um país europeu para outro, mas incluem os preços não competitivos dos bilhetes, a falta de conforto e de ligações, bem como os períodos de viagem longos.

Apesar da esperança de o transporte ferroviário estar no centro da recuperação ecológica e de 2021 ser o Ano Europeu do Transporte Ferroviário, os decisores da UE efetuaram apenas pequenas melhorias nos últimos anos, não concedendo aos consumidores direitos fortes e executórios, aplicáveis a todos os tipos de serviços ferroviários em toda a UE. Por isso, há ainda muito trabalho pela frente.

Por exemplo, segundo o Secretariado Europeu das Uniões de Consumidores (BEUC), *quando os passageiros adquirem um bilhete combinado, vendido por uma empresa ferroviária ou pelas filiais por si detidas a 100%, beneficiam de direitos dos passageiros para toda a viagem. Tal constitui uma melhoria, na medida em que os operadores ferroviários tendem a vender bilhetes apenas para segmentos de uma viagem, o que lhes permite contornar as obrigações em matéria de compensação, reencaminhamento e assistência, em detrimento dos passageiros. No entanto, embora seja uma melhoria, o seu âmbito será limitado, dado que as empresas ferroviárias beneficiarão de lacunas para se isentarem das obrigações de fornecimento de bilhetes únicos. As novas regras estipulam que as empresas associadas devem ser detidas a 100% pela empresa-mãe para estarem sujeitas a esta obrigação. Efetivamente, tal exclui muitos bilhetes interligados (ou seja, uma viagem combinada Lião>Paris - Paris>Bruxelas, operada pelo SCNF e pelo Thalys, respetivamente, não estará abrangida).*

No tocante às isenções nacionais existentes concedidas pelos Estados-Membros a empresas ferroviárias, dois terços dos serviços ferroviários da UE estão isentos da aplicação da legislação em matéria de direitos dos passageiros, especialmente os serviços suburbanos e regionais. Tais isenções são inaceitáveis e impedem verdadeiramente que as viagens de comboio se tornem mais atrativas.

A crise da COVID-19 comprovou que os caminhos-de-ferro podem assegurar o transporte rápido de bens essenciais, tais como produtos alimentares, medicamentos e combustível em circunstâncias excecionais. O setor foi muito atingido pela crise, com o número de passageiros a diminuir substancialmente devido às medidas de restrição de viagens. A experiência adquirida com a crise da COVID-19 deve ser utilizada para desenvolver um sistema ferroviário mais resiliente e eficaz. Quando do planeamento da resiliência, há que consultar estreitamente os parceiros sociais e as organizações da sociedade civil.

O Ano Europeu do Transporte Ferroviário 2021 proporciona uma excelente oportunidade para fazer o

balanço da evolução até agora e definir objetivos para o futuro. Neste contexto, a Secção TEN do CESE está a elaborar um parecer exploratório, a pedido da Presidência portuguesa, intitulado «Espaço ferroviário europeu único» e planeia uma conferência no CESE para o outono de 2021.

NEW PUBLICATIONS



O convidado surpresa

Todos os meses, apresentamos um convidado surpresa - uma personalidade que partilha o seu ponto de vista sobre temas da atualidade e nos traz uma lufada de ar fresco para alargar os nossos horizontes, nos inspirar e nos fazer prestar atenção ao mundo de hoje. Nesta edição de março, temos o prazer de

receber Herman Van Rompuy, o primeiro presidente do Conselho Europeu, que nos oferece a sua visão sobre os desafios atuais da Europa.

Herman Van Rompuy, atualmente presidente do Centro de Política Europeia, é um político belga e europeu, e antigo primeiro-ministro da Bélgica (2008-2009). Na sua qualidade de presidente do Conselho Europeu (2009-2014), desempenhou um papel fundamental na resposta da UE à crise financeira e no reforço do quadro de governação económica europeia.

Enquanto presidente do Conselho Europeu, Herman Van Rompuy ajudou a dirigir a União Europeia num período de grandes desafios: a crise da dívida soberana, as ameaças à sobrevivência da moeda única, crises internacionais e debates importantes sobre a via a seguir para a integração europeia.

Presidiu a 28 reuniões do Conselho Europeu, 5 reuniões informais e 11 Cimeiras do Euro, assegurando um equilíbrio entre o seu papel de mediador e a necessidade de impulsionar as reformas necessárias. Desempenhou um papel importante no lançamento de diversos programas de assistência financeira (oito países) e mecanismos de assistência financeira (Fundo Europeu de Estabilidade Financeira e Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira em 2010, Mecanismo Europeu de Estabilidade em 2012), da União Bancária (Mecanismo Único de Supervisão e Mecanismo Único de Resolução, ambos operacionais desde 2014), do quadro de governação económica (Semestre Europeu, «pacote de seis», Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação, «pacote duplo») e da estratégia económica decenal da União (Estratégia Europa 2020).

É o autor de nove livros, e num deles, *A Europa na Tempestade - Lições e Desafios* (2014), conta a sua experiência europeia. Recebeu também numerosas distinções e prémios, entre os quais o Prémio Carlos Magno (2014). É autor de um grande número de *haikus* e, graças à sua amabilidade, os leitores do *CESE Info* terão a oportunidade de ficar a conhecer alguns deles. (ehp)



Herman Van Rompuy: «Este não é o momento para profetas da desgraça»

Desde 2008, temos atravessado crises sucessivas - um fenómeno conhecido por «crise múltipla». Muitas pessoas perguntam-se o que mais está para lhes acontecer, o que demonstra a que ponto o medo e a incerteza aumentaram. É verdade que a maior parte das crises são importadas. Mas isso pouco muda... A União ultrapassou todos esses obstáculos perigosos que, por vezes, ameaçavam a sua existência. Somos bons nisso, mas, ao mesmo tempo, deparamo-nos também com desafios positivos. Seremos igualmente bons a enfrentá-los?

A forma como a União está a utilizar o Fundo de Recuperação, destinado a combater o impacto social e económico da pandemia, para acelerar as transições ecológica e digital, enche-me de esperança. Estamos a combinar a gestão de crises com uma visão a longo prazo, o que é o mais difícil de fazer na política atual, em que domina o pensamento e a ação a curto prazo.

Além de ser, literalmente, vital para a nossa sobrevivência, alcançar a neutralidade carbónica até 2050 deve também ajudar-nos a manter a nossa economia competitiva. Não devemos repetir os mesmos erros cometidos com a revolução digital, em que quase perdemos o comboio.

Uma verdadeira política climática também nos ajudaria a alcançar outro objetivo central: a autonomia estratégica da União, ou alguma forma de soberania europeia. Uma política climática permitir-nos-á reduzir e evitar as importações de combustíveis fósseis, como o gás russo. O Pacto Ecológico ajudará a abordar as questões climáticas e económicas e aumentará a autonomia da UE. Nenhum destes aspetos pode ser considerado de forma isolada: todos estão estreitamente interligados.

Irei mesmo mais longe. Se a União quiser desempenhar um papel geopolítico, tem de ser competitiva, uma vez que é a economia que determina o equilíbrio de poder no mundo. É por este motivo que a transição ecológica e digital é tão importante. Por isso, temos de continuar a falar a uma só voz sobre o tema do comércio - como fizemos com o Brexit, com a série de acordos de comércio livre que celebrámos, como o acordo com o Japão, e com a China, em matéria de investimento. Mesmo durante a era Trump, a Presidência da Comissão conseguiu evitar uma guerra comercial porque estávamos unidos. No entanto, do ponto de vista geopolítico só podemos ser verdadeiramente pertinentes se nos tornarmos muito menos dependentes de outros intervenientes mundiais em muitos domínios: a tecnologia digital, a energia, a migração, os serviços financeiros (o que implica reduzir a dependência em relação à «City» e ao dólar americano), a alimentação, a saúde pública, etc. E isto só será possível se unirmos forças a nível industrial. A dimensão é importante, tal como a escala. Estamos a avançar em todos estes domínios, mas, por vezes, os progressos são demasiado lentos. Devemos pensar de forma mais estratégica, menos ingénua e mais europeia.

Espero que a Conferência sobre o Futuro da Europa se centre também nos nossos desafios internos. Vivemos num mundo novo do ponto de vista tecnológico, demográfico, económico, ambiental e geopolítico. Esta evolução está a ser mais rápida do que pensávamos ou temíamos. Com efeito, tudo se tornou urgente.

Devemos procurar manter ou recuperar a estabilidade social e política na União. A pandemia criou novas desigualdades e agravou as antigas. Os mercados de trabalho estão cada vez mais divididos entre as

peessoas com menos e mais qualificações, pelo que alguns grupos correm o risco de se sentirem abandonados, em particular agora que a revolução digital parece estar já em curso. O Fundo de Recuperação e a aquisição conjunta de vacinas demonstram que a solidariedade europeia existe. Também a nível nacional há ainda muito por fazer para melhorar a coesão social. A pandemia provocou um aumento dramático do número de pessoas em situação de pobreza, num momento em que a pobreza extrema voltou a aumentar em todo o mundo após décadas de diminuição. A coesão social é, a justo título, muito preciosa para o Comité Económico e Social Europeu. Do ponto de vista político, diversos países agiram de uma forma prejudicial ao Estado de direito e à liberdade de expressão e dos meios de comunicação social e, por conseguinte, das próprias eleições. A reação não se fez esperar.

Não nos faltam certamente desafios, pelo que temos de nos assegurar que estamos prontos, determinados e aptos a enfrentá-los em conjunto. Este não é o momento para profetas da desgraça mas para pessoas, governos e organizações com esperança.

Herman van Rompuy, presidente do Centro de Política Europeia



[The old poet speaks softly](#)

We are pleased to present to you a series of haikus, grouped under the title “The old poet speaks softly”, originally written in French language, offered to us by their author, Herman van Rompuy.

The old poet speaks softly

The sunlight in the puddle
The tree reflected in it
A double life

A leaf the size of a hand
In the hand of a child
Life holds death

The sea is silent
The old poet speaks softly
Even the camellias listen

Herman van Rompuy



[Le vieux poète parle doucement](#)

Nous avons le plaisir de vous présenter une série de haïkus, sous le titre commun "Le vieux poète parle doucement", que nous a offerts leur auteur, Herman van Rompuy.

Le vieux poète parle doucement

La lumière du soleil dans la flaque

L'arbre qui s'y reflète

Une double vie

Une feuille de la taille d'une main

Dans la main d'un enfant

La vie tient la mort

La mer se tait

Le vieux poète parle doucement

Même les camélias écoutent

[Herman van Rompuy](#)

NOTÍCIAS DO CESE



[Conferência sobre o Futuro da Europa: CESE empenhado em contribuir ativamente para o êxito da conferência](#)

Declaração de Christa Schweng, presidente do CESE

Saúdo a assinatura da declaração conjunta da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à organização da Conferência sobre o Futuro da Europa. O Comité Económico e Social Europeu aguarda com expectativa a oportunidade de contribuir ativamente para o debate na qualidade de observador.

É com agrado que acolho a confirmação da importância do papel e da participação da sociedade civil organizada na conferência. O CESE aguarda com expectativa a oportunidade de elaborar um contributo significativo e valioso, em estreita cooperação com centenas de organizações representadas através dos nossos membros. Estamos preparados para partilhar ao mais alto nível os nossos conhecimentos especializados do terreno, a fim de enriquecer a elaboração de uma nova narrativa credível para a UE.

A Conferência sobre o Futuro da Europa é uma oportunidade única para as sociedades da União Europeia. As empresas, os trabalhadores, os agricultores, os consumidores e as ONG poderão, enfim, participar de forma estruturada e ter voz na definição das futuras políticas da UE. Urge fazê-lo, para que todos sintam que a União Europeia também é *deles*. O objetivo de moldar o futuro de uma União Europeia que saia ainda mais forte da crise da COVID-19 só pode ser alcançado através da participação ativa dos cidadãos e das partes interessadas de todos os quadrantes.

A pandemia tornou o debate sobre o futuro da Europa e sobre os seus desafios mais importante e pertinente do que nunca. Temos de retirar ensinamentos desta crise e refletir mais aprofundadamente sobre a forma de reforçar a resiliência das nossas sociedades e economias. Outros temas de relevo poderiam abranger, em particular, a visão de uma Europa resiliente após a crise da COVID-19, economicamente próspera, socialmente inclusiva e economicamente sustentável, capaz de dar uma resposta às tensões entre a soberania nacional e a necessidade de conceber soluções europeias comuns.



[Para além de ecológico e digital, o futuro da Europa também tem de ser mais democrático](#)

A recuperação após a pandemia deve constituir uma oportunidade para reconstruir a Europa com base num novo pilar de participação democrática. Seria um grande erro o destino e o futuro de tantos serem decididos por tão poucos, ouviu-se na edição de 2021 das Jornadas da Sociedade Civil, do CESE.

As [Jornadas da Sociedade Civil do CESE](#), dedicadas ao tema «Uma recuperação sustentável para o futuro dos cidadãos europeus», decorreram entre 1 e 5 de março, proporcionando cinco dias de debates interativos em linha em que participaram mais de 1400 pessoas, e com um público que se ligou de zonas tão remotas como África, Ásia, América do Norte e América do Sul.

Os oradores referiram o lado positivo da pandemia, pois, apesar de obrigar ao adiamento da Conferência sobre o Futuro da Europa, trouxe à ribalta as organizações da sociedade civil enquanto apoio dos governos que lutam para enfrentar uma crise enorme. E perguntaram-se: não é essa a melhor prova de que a sociedade civil merece um lugar à mesa que decidirá o futuro da Europa?

«Congratulo-me por a Comissão conferir tanta importância à participação dos cidadãos na Conferência sobre o Futuro da Europa», afirmou a presidente do CESE, **Christa Schweng**. «Podem contar com um contributo substancial do Comité para os debates, não só envolvendo os trabalhadores, os empregadores e a sociedade civil organizada, mas também enquanto divulgadores e embaixadores, trazendo o debate até às organizações dos nossos membros.»

Refletindo o papel de liderança desempenhado pelas organizações de jovens nos ateliês, **Brikena Xhomaqi**, copresidente do [Grupo de Ligação](#), que coorganizou o evento, encerrou os trabalhos, assinalando: «Convido todos a converterem a solidariedade entre gerações na nossa moeda em prol de uma recuperação sustentável para o futuro da Europa».

As conclusões dos oito ateliês traçaram a via para um futuro melhor para os cidadãos da Europa, salientando a necessidade, designadamente, de:

- **reforçar as organizações intermediárias** (organizações da sociedade civil, partidos, sindicatos, etc.), **fomentar a educação cívica e digital** e **criar assembleias decisoras de cidadãos**;
- sensibilizar para a **economia social como modelo empresarial viável** para uma retoma sustentável que vai além dos lucros e contribui para combater as desigualdades e as alterações climáticas, com **fundos específicos do plano de recuperação e do Próxima Geração UE**;
- **investir na cultura e na educação** para construir um futuro mais sustentável e resistente para a Europa. Investir em infraestruturas materiais não é suficiente: os cidadãos têm de estar no cerne da recuperação;
- despolitizar e explorar melhor a opção do **rendimento básico incondicional e dos regimes de garantia de emprego**, enquanto solução viável e benéfica para os cidadãos e o planeta;
- **dar oportunidade aos jovens de participarem de forma significativa** e de manterem tais compromissos em toda a Europa, bem como de fazerem ouvir a sua voz não só sobre assuntos específicos à juventude, mas numa série de domínios de política diferentes;
- assegurar que o **Pacto Ecológico Europeu contribui de forma mais eficaz para erradicar a pobreza, a injustiça e a desigualdade de género**;
- acelerar a **renovação dos edifícios** na Europa, sensibilizando para os desafios e as oportunidades que apresenta e mobilizando os grupos da sociedade civil, tais como os representantes dos proprietários de edifícios e dos arquitetos, a fim de realizar os objetivos da Vaga de Renovação na Europa;
- **envolver estreitamente as organizações da sociedade civil na aplicação dos planos nacionais de recuperação**, invertendo a tendência verificada na fase preparatória, em que a sua participação foi limitada. Os decisores devem compreender o valor do **voluntariado**, não só em termos do rendimento das horas investidas, mas enquanto expressão dos valores europeus e exemplo para os demais de mudança em prol da sociedade europeia que desejamos, assente na solidariedade, na integração e nos princípios democráticos.

As conclusões das Jornadas da Sociedade Civil serão brevemente publicadas, na íntegra, no sítio Web do CESE. (dm)



Novo Pacto em matéria de Migração e Asilo não é suficientemente solidário e acarreta um grande peso para os Estados de primeira entrada

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) acolheu favoravelmente o novo Pacto em matéria de Migração e Asilo, mas afirma que as propostas apresentadas serão difíceis de aplicar e não podem ser consideradas um passo claro na direção de criar uma estratégia comum da UE para a migração e o asilo, que seja resiliente e virada para o futuro. Em dois pareceres, em que analisa várias propostas de regulamentos relativos à gestão do asilo e aos procedimentos de asilo, o CESE afirma que o novo pacto poderá não ser capaz de assegurar um tratamento justo e eficaz dos pedidos de asilo.

Pelo contrário, o peso da responsabilidade e as dificuldades para os países de primeira entrada serão agravados, uma vez que o mecanismo de solidariedade proposto, que deverá regular o controlo dos fluxos migratórios nas fronteiras, assenta num sistema hipotético e voluntário de solidariedade.

Tal significa que, ao abrigo do mecanismo, os Estados-Membros poderão decidir se desejam participar na recolocação ou no regresso patrocinado de pessoas em situação irregular. No entanto, não é feita qualquer referência a incentivos para encorajar os países a participar, nem a critérios precisos para determinar em que medida cada país deve contribuir.

Juntamente com as novas propostas do pacto em matéria de triagem prévia e controlo nas fronteiras, suscetíveis de resultar em procedimentos complexos e morosos nas fronteiras externas da UE, o mecanismo poderá transformar os países de primeira entrada em grandes centros de pré-partida ou de detenção, aumentando as possibilidades de violação dos direitos humanos e de pressão sobre as comunidades de acolhimento.

«Congratulamo-nos com o facto de a regulamentação proposta no pacto invocar o princípio da solidariedade e da partilha equitativa de responsabilidades, mas as obrigações de solidariedade por parte dos Estados de primeira entrada são desproporcionadas», afirma **Dimitris Dimitriadis**, relator do [parecer sobre a gestão do asilo](#).

Panagiotis Gkofas, relator do [parecer sobre os procedimentos de asilo](#) receia que, em última análise, os regulamentos propostos representem um enorme encargo para os Estados-Membros do sul da Europa, afirmando que «ver-se-ão forçados a rejeitar na prática muitos requerimentos de asilo, mesmo os que cumprem as condições para a concessão de asilo, a fim de evitar que cada vez mais pessoas se encontrem concentradas em condições desumanas».

«Inevitavelmente, não será possível aplicar os regulamentos, e o resultado esperado não poderá ser alcançado», concluiu Panagiotis Gkofas. (II)



A sociedade civil está pronta a ajudar a UE a enfrentar os desafios colocados pelo financiamento digital

É urgente regulamentar o financiamento digital, e a Comissão Europeia está no bom caminho para o fazer. Esta é a mensagem principal dos três pareceres do CESE adotados na reunião

plenária de fevereiro, nos quais o Comité apoia as propostas mais recentes da Comissão para regulamentar o setor do financiamento digital.

No parecer elaborado por **Petru Sorin Dandea** e **Jörg Freiherr Frank von Fürstenwerth**, o Comité aprova a proposta da Comissão de uma Estratégia em matéria de Financiamento Digital e salienta que é necessário abordar os desafios principais que o setor financeiro da UE enfrenta devido à digitalização. A digitalização abre grandes oportunidades, mas também envolve riscos que não se podem ignorar e requerem ações céleres.

O parecer elaborado por **Giuseppe Guerini**, em que o CESE apoia as duas iniciativas da Comissão relativas aos mercados de criptoativos e a um regime-piloto para as infraestruturas de mercado baseadas na tecnologia de registo distribuído (DLT), segue a mesma ordem de ideias. Neste contexto, a intervenção é necessária e urgente, a fim de enquadrar um fenómeno tecnológico em constante evolução e rápida transformação que se está a generalizar e que tem cada vez mais aplicações práticas.

Por último, no parecer elaborado por **Antonio García del Riego**, o Comité apoia a proposta da Comissão relativa à resiliência operacional digital (Regulamento DORA), na medida em que visa proporcionar clareza jurídica quanto às disposições sobre os riscos no domínio das tecnologias da informação e comunicação (TIC), reduzir a complexidade regulamentar, estabelecer um conjunto comum de normas para atenuar os riscos no domínio das TIC e facilitar uma abordagem de supervisão harmonizada, além de proporcionar segurança jurídica e as salvaguardas necessárias para as empresas financeiras e as entidades prestadoras de serviços no domínio das TIC. (mp)



Recuperação da UE – Participação da sociedade civil organizada é essencial

É possível reforçar a eficiência e a eficácia dos planos nacionais de recuperação e resiliência se estes contarem com maior participação das organizações da sociedade civil desde a fase inicial. É esta a principal

mensagem da [Resolução – Participação da sociedade civil organizada nos planos nacionais de recuperação e resiliência – O que funciona e o que não funciona](#), adotada na reunião plenária do CESE de fevereiro e apresentada num debate com **Christa Schweng**, presidente do CESE, e **Johannes Hahn**, comissário do Orçamento e Administração.

Comentando o resultado, **Christa Schweng** declarou que «a resolução, que examina um vasto leque de aspetos económicos e sociais, permite-nos deixar claro que a participação da sociedade civil organizada é fundamental. Os planos de recuperação têm de ter resultados concretos para promoverem verdadeiramente a recuperação da atual crise, bem como uma transição, ecológica e digital que seja justa e equitativa. Numa segunda fase, assim que os fundos estiverem operacionais, os membros do CESE estão bem posicionados para avaliar se o dinheiro está a ser gasto de forma eficaz e a chegar às empresas, aos trabalhadores e às organizações da sociedade civil que dele precisam.»

Por seu turno, **Johannes Hahn** afirmou que as regras já estão em vigor e que a Comissão continuará a insistir na participação das partes interessadas nestes processos de reforma: «O Regulamento Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) incentiva amplas consultas, estreita colaboração e comunicação com os órgãos de poder local e regional em todas as fases da execução. Tal fomenta a apropriação efetiva dos planos e facilita o sucesso da sua execução. Mais especificamente, os Estados-Membros devem informar-nos do modo como os vossos contributos, enquanto representantes da sociedade civil, se refletem nos planos.»

A resolução foi elaborada pelos membros do CESE **Gonçalo Lobo Xavier** (Grupo dos Empregadores), **Javier Doz Orrit** (Grupo dos Trabalhadores) e **Luca Jahier** (Grupo Diversidade Europa). Coordenaram o trabalho das 27 delegações, cada uma com três membros, que acompanham a participação da sociedade civil organizada na elaboração, execução e avaliação dos planos nacionais de recuperação e resiliência. (mp, na)



[CESE apela para uma tributação mais simples e justa, dentro e fora da UE](#)

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) apoia amplamente as propostas legislativas da Comissão para uma tributação mais eficiente e justa, elogiando a sua coordenação a nível mundial.

No parecer adotado pela Assembleia Plenária, em 24 de fevereiro, o CESE manifesta o seu pleno apoio ao [pacote Tributação Justa e Simples apresentado pela Comissão Europeia](#). O relator do parecer, **Krister Andersson**, afirma que essas propostas se devem articular com os debates a nível internacional no âmbito do quadro inclusivo da OCDE sobre a erosão da base tributável e a transferência de lucros. «Este aspeto é fundamental para chegar a um consenso a nível mundial, evitando medidas unilaterais», explicou o relator.

O CESE considera que a consecução do objetivo de uma tributação justa e eficiente adquire ainda maior relevo no contexto pós-crise da COVID-19. No seu [parecer](#), o Comité apresenta a sua visão sobre questões fundamentais, como a boa governação fiscal na UE, o combate à fraude e à evasão fiscais, os requisitos de transmissão de informações fiscais, o tratamento dos serviços financeiros para efeitos de IVA e as regras fiscais e laborais aplicáveis às plataformas digitais. Entre outras propostas, o CESE preconiza o estabelecimento de um **pacto europeu para combater eficazmente a fraude fiscal, a evasão fiscal, a elisão fiscal e o branqueamento de capitais**. (na)



CESE: Estratégia económica da UE para 2021 deve dedicar mais atenção às questões sociais

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) adotou a sua posição sobre as prioridades económicas da UE para 2021. Congratula-se com as medidas previstas na estratégia da

Comissão Europeia para fazer face aos desafios da pandemia de COVID-19 no contexto do Pacto Ecológico Europeu, mas lamenta que a estratégia dedique muito pouca atenção às questões sociais. Adverte também contra a supressão demasiado precoce das medidas de apoio e defende o estabelecimento de novas regras orçamentais que reflitam a realidade social e económica após a pandemia.

O CESE lamenta que a estratégia económica proposta pela Comissão, completada este ano pelas orientações sobre a aplicação do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, dedique pouca atenção às questões sociais. Por um lado, essa abordagem não conduzirá à aplicação coerente e há muito aguardada do **Pilar Europeu dos Direitos Sociais** e, por outro, compromete a transição justa para uma economia verde e digital. O CESE afirma que a transição não deve provocar um aumento da pobreza, nem exacerbar a exclusão social.

Esta preocupação reflete-se numa das conclusões adotadas pelo CESE em 24 de fevereiro no Parecer – [Estratégia Anual para o Crescimento Sustentável 2021](#).

O relator do parecer, **Krzysztof Balon**, declarou: «Será crucial assegurar a distribuição equilibrada dos benefícios da retoma económica, o que contribuirá, não só, para aumentar a justiça social, mas também para estabilizar a procura, condição fundamental da retoma». (na)



Estratégia da UE em matéria de renovação é imprescindível

A estratégia europeia - *Uma Vaga de Renovação na Europa* é uma necessidade absoluta, imprescindível para a União Europeia e os seus cidadãos. No parecer elaborado por Pierre Jean Coulon e

Laurențiu Plosceanu, adotado na reunião plenária de fevereiro, o CESE apoia a proposta sobre a renovação dos edifícios, apresentada pela Comissão Europeia «para tornar os edifícios mais ecológicos, criar emprego e melhorar as condições de vida».

Sendo responsáveis por 40% do consumo total de energia na União Europeia, as habitações e outros edifícios devem ser intervencionados no âmbito desta Vaga de Renovação – uma iniciativa impulsionada pela União Europeia. A estratégia integra-se numa abordagem global de investimento público a longo prazo orientada para o desenvolvimento sustentável, a proteção da saúde (incluindo o tratamento do amianto nos

trabalhos de renovação), a transição ecológica e a aplicação efetiva do Pilar Europeu dos Direitos Sociais no que diz respeito à habitação sustentável e a preços acessíveis.

No debate, **Pierre Jean Coulon** observou que «a estratégia para desencadear uma Vaga de Renovação é uma abordagem triplamente vantajosa para a União Europeia, com benefícios para o clima, para a retoma económica – graças aos empregos locais que pode criar – e, por último, para a luta contra a pandemia e a pobreza energética, através da promoção de habitação a preços acessíveis para todos, incluindo as pessoas vulneráveis».

Fazendo suas estas palavras, **Laurențiu Plosceanu** rematou, afirmando: esta estratégia tem de aproximar a União Europeia dos seus cidadãos e territórios, e o Comité dar-lhe-á todo o seu apoio, enriquecendo-a com as suas reflexões e propostas. O primeiro passo deve ser o lançamento de uma campanha de comunicação adequada sobre os regimes de renovação em vigor e o acesso aos mesmos. (mp)



[CESE compromete-se a dar um contributo significativo para as novas iniciativas da Comissão](#)

Declaração relativa ao Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, à transparência salarial e à Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030

Aguardamos com expectativa a oportunidade de trabalhar sobre três iniciativas importantes da Comissão Europeia: a Comunicação - Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, a proposta de diretiva que reforça a aplicação do princípio da igualdade de remuneração por trabalho igual ou de valor igual entre homens e mulheres, mediante a transparência salarial e mecanismos de fiscalização do cumprimento, e a Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030.

A Europa representa uma das sociedades mais igualitárias do mundo, pauta-se pelas normas mais elevadas em matéria de condições de trabalho e assegura uma ampla proteção social. Uma Europa social forte é o alicerce da prosperidade e do bem-estar dos nossos cidadãos, bem como de uma economia competitiva, resiliente, ecológica e digital, assente numa mão de obra qualificada e inovadora.

O Comité Económico e Social Europeu está plenamente empenhado em apoiar as instituições da UE e os Estados-Membros num momento em que todos – tanto os responsáveis políticos como todos os intervenientes pertinentes – devem unir esforços para que a Europa possa recuperar da pandemia e tornar-se mais forte e mais resiliente no futuro, tirando o máximo partido das transições ecológica e digital e sem deixar ninguém para trás.

O Comité Económico e Social Europeu trabalhará no sentido de **dar um contributo significativo para as novas iniciativas da Comissão**, refletindo a **posição comum dos seus membros**, provenientes de organizações de empregadores, trabalhadores e outras organizações da sociedade civil dos 27 Estados-Membros da UE. O CESE elaborará uma resolução, a adotar na reunião plenária de abril, que constituirá um contributo para a Cimeira Social do Porto, a realizar em maio de 2021. O Comité elaborará igualmente **pareceres sobre a proposta de diretiva relativa à transparência salarial e a Estratégia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**.

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



[A Europa está bem equipada para realizar as suas ambições industriais](#)

Pelo Grupo dos Empregadores do CESE

Reunião do Grupo dos Empregadores do CESE com o comissário Thierry Breton

A pandemia de COVID-19 demonstrou que a verdadeira resiliência depende do bom funcionamento do mercado único. Foi esta a mensagem principal do comissário europeu do Mercado Interno, Thierry Breton, que participou na reunião extraordinária do Grupo dos Empregadores (1 de março) para debater um vasto conjunto de temas, do processo de vacinação à estratégia industrial revista da UE e à recuperação sustentável da Europa.

Thierry Breton afirmou que a COVID-19 evidenciou uma série de necessidades que a nossa economia enfrenta, por exemplo, a Europa tem de consolidar a sua autonomia industrial. A Europa tem de desenvolver sinergias estratégicas que nos permitam ser industrialmente mais sustentáveis. A estratégia industrial revista também deve ajudar as empresas a progredir, mesmo nestes tempos difíceis. Além disso, o Próxima Geração UE conta com um nível de financiamento sem precedentes, que pode ser aproveitado para construir a Europa industrial de amanhã. A transição ecológica e a transição digital, a resiliência e uma cadeia de valor sólida são alguns dos principais domínios de reconstrução.

Em conclusão, o Grupo dos Empregadores do CESE e Thierry Breton estiveram em geral de acordo sobre os temas debatidos e usaram a mesma linguagem empresarial quanto à necessidade de criar o ambiente legislativo mais adequado de forma construtiva, proporcionando confiança, flexibilidade e segurança às empresas. O Grupo dos Empregadores do CESE está convicto de que as empresas são o parceiro vital do processo de adaptação das nossas sociedades ao futuro e de que devem ter a oportunidade de desempenhar um papel construtivo.

Pode ler o artigo completo no endereço seguinte: <https://europa.eu/!PX67QK>.



Dia Internacional da Mulher: Por que motivo ainda é necessário?

Por Maria Nikolopoulou, membro do Grupo dos Trabalhadores do CESE

Fará sentido, hoje em dia, celebrar o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher? Foi há mais de 110 anos que Clara Zetkin propôs a instituição do Dia Internacional das Mulheres Trabalhadoras e há mais de 40 anos que as Nações Unidas proclamaram o Dia Internacional dos Direitos da Mulher e da Paz Internacional. As sociedades têm vindo a evoluir ao longo do último século.

As mulheres têm direito de voto, possuem o seu próprio passaporte, estudam, são primeiras-ministras, vão à lua, decidem se e quando querem casar e/ou ter filhos. As mulheres e os homens são iguais perante a lei. Portanto, para que serve esta celebração? A resposta é simples: embora, à superfície, tudo pareça equilibrado, ainda existem barreiras sociais, culturais e jurídicas latentes que impedem as mulheres de prosperar.

É lamentável que algumas pessoas não reconheçam o potencial das mulheres e impeçam o seu acesso a determinados empregos ou cargos de alto nível. É por isso que pretendemos trabalhar em uníssono para concretizar o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas n.º 5: a igualdade de género.

É frustrante que as mulheres ainda sejam as principais responsáveis pelos cuidados à família e pelas tarefas domésticas, embora trabalhem tanto como os seus parceiros. Foi por isso que lutámos por uma diretiva relativa à conciliação entre vida profissional e privada.

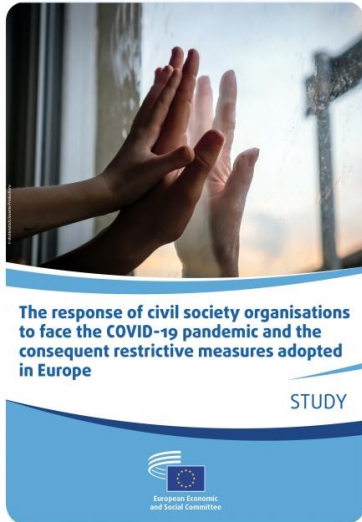
É absurdo que as mulheres auferam rendimentos inferiores aos homens pelo mesmo trabalho. É por isso que acolhemos a ideia de uma diretiva da UE relativa à transparência salarial.

É pouco ético que, apesar de se ter reconhecido, durante a pandemia de COVID-19, que algumas das tarefas essenciais, como a limpeza e a prestação de cuidados aos idosos, eram executadas por mulheres, muitas das quais migrantes sem documentos, estas continuem a receber salários extremamente baixos e trabalhem, por vezes, em condições desumanas. É por isso que necessitamos de uma diretiva da UE relativa a salários mínimos adequados e que os países ratifiquem a Convenção da OIT n.º 189 relativa às trabalhadoras e trabalhadores do serviço doméstico.

É inaceitável que algumas mulheres sejam solicitadas a «pagar» um preço com a sua intimidade para obterem uma promoção no emprego ou sejam vítimas de assédio psicológico só porque alguém precisa de descarregar frustrações. É por isso que agora, mais do que nunca, é urgente que os países ratifiquem a Convenção da OIT n.º 190 sobre a violência e o assédio no trabalho.

É chocante que, todos os dias, haja mulheres assassinadas e violadas e que algumas pessoas o justifiquem alegando motivos como «ela estava a pedi-las» ou «imagine-se o que ela fez para o provocar». É por isso que devemos lutar por uma educação sólida sobre a igualdade e o respeito destinada às crianças de tenra idade, de ambos os sexos, e por sistemas judiciais ágeis e regimes de segurança social que apoiem as mulheres vítimas de violência doméstica.

Continua a ser muito importante que as mulheres e os homens feministas se façam ouvir, defendendo e impulsionando mudanças políticas e culturais, a fim de alcançar a igualdade de oportunidades efetiva para todas as pessoas. Até estarmos em posição de poder celebrar o «Dia Internacional da Igualdade de Género», continuemos a comemorar o Dia Internacional da Mulher.



Estudo do CESE sobre a resposta da sociedade civil à COVID-19

Pelo Grupo Diversidade Europa do CESE

Em 12 de março, na sua conferência de alto nível sobre «As organizações da sociedade civil durante e após a COVID-19: que desafios e que futuro?», o Grupo Diversidade Europa lançou um novo estudo intitulado «A resposta das organizações da sociedade civil à pandemia de COVID-19 e às consequentes medidas de confinamento adotadas na Europa».

O CESE encomendou o estudo a pedido do Grupo Diversidade Europa, tendo em vista um contributo duplo. Em primeiro lugar, o estudo explica o impacto da pandemia num vasto conjunto de organizações da sociedade civil e nas suas atividades em toda a Europa. Em segundo lugar, analisa e apresenta as numerosas iniciativas adotadas por essas organizações para ajudar as comunidades locais e os grupos vulneráveis a lidar com a pandemia. Para efeitos de recolha das informações necessárias, os autores seguiram um método que conjuga trabalho de pesquisa com um inquérito de fundo realizado em linha.

O estudo revela que as organizações da sociedade civil estiveram e continuam a estar na linha da frente da resposta à pandemia de COVID-19, prestando serviços essenciais e defendendo os direitos das camadas mais vulneráveis da sociedade. Ao mesmo tempo, destaca que as próprias organizações da sociedade civil também enfrentaram desafios profundos suscetíveis de prejudicar a sua capacidade para continuarem a desempenhar a missão que lhes incumbe.

Nesta base, os autores apontam alguns **temas essenciais para o futuro das organizações da sociedade civil**, como a falta de financiamento sustentado, de enquadramento jurídico e de recursos e competências adequados. No futuro, impõe-se uma reflexão sobre estas questões, bem como decisões políticas ousadas a fim de assegurar a manutenção da capacidade das organizações da sociedade civil e o seu reforço na fase de recuperação pós-COVID-19.

Pode consultar [em linha](#) a versão integral do **estudo**, assim como o respetivo resumo. A publicação inclui também um [catálogo de boas práticas](#), constituído por uma recolha das várias iniciativas implementadas com êxito pelas organizações da sociedade civil em resposta à pandemia. No sítio Web do CESE, pode consultar um [comunicado de imprensa](#) sobre a conferência do Grupo Diversidade Europa dedicada a este tema.

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



8 de março: Dia Internacional da Mulher

Para assinalar o **Dia Internacional da Mulher**, o **Comité Económico e Social Europeu** organiza uma exposição inteiramente virtual intitulada **Artivism for Gender Equality**.

A exposição conta com 25 cartazes que destacam a luta pela igualdade de género e pelos direitos das mulheres e refletem a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, em especial, o ODS 5 relativo à igualdade de género.

A exposição é **organizada em conjunto com a «Women Engage for a Common Future»**, uma rede sem fins lucrativos que tem como missão construir um planeta saudável e justo em termos de género para todas as pessoas.

Não perca a oportunidade de a descobrir [aqui](#), juntamente com o vídeo do seu lançamento em direto!

Esta atividade cultural é **organizada em conjunto com o Comité Paritário para a Igualdade de Oportunidades (COPEC)** (ck)



Mostra fotográfica conjunta África-UE no âmbito da Presidência portuguesa do Conselho da UE

A **artista portuguesa Ana Carvalho** apresenta a **exposição Africa in Lisbon**, que ilustra a presença e o impacto da cultura africana em Lisboa, enquanto o **artista cabo-verdiano José Pereira** apresenta a **exposição Ubuntu**, que promove uma coexistência pacífica, a aceitação das diferenças e a solidariedade.

Em 2 de março, o **CESE lançou a mostra fotográfica conjunta África-UE num evento virtual** que contou com a presença de Cillian Lohan, vice-presidente da Comunicação, Carlos Trindade, presidente do Comité de Acompanhamento UE-ACP, e dos dois fotógrafos. O lançamento teve lugar no âmbito da reunião do Comité de Acompanhamento UE-ACP, um órgão permanente que faz parte da Secção das Relações Externas do CESE.

Nas palavras de Carlos Trindade, «uma vez que a **cultura exprime os valores partilhados e os afetos de uma comunidade com interesses comuns**, o objetivo desta atividade cultural é destacar a **importância que o CESE atribui à próxima Cimeira UE-África**, pondo simultaneamente em evidência as raízes profundas que unem os dois continentes. Foi também por esta razão que quisemos integrar o lançamento em linha da exposição na nossa reunião.»

A mostra fotográfica conjunta será totalmente virtual e estará acessível em linha de **1 a 31 de março de 2021**.

A exposição pode ser visitada [AQUI](#) e nos canais do CESE nas redes sociais. Não a perca! (ck)



Conversas em Linha com o CESE – Venha conhecer-nos!

Sabia que o Comité Económico e Social Europeu assegura que, em todo o continente, o cidadão comum tenha uma palavra a dizer no desenvolvimento da Europa?

[Marque uma visita em linha](#) e descubra por que motivo a **consulta**, o **diálogo** e o **consenso** são o cerne do nosso trabalho, enquanto representantes da sociedade civil organizada (incluindo empregadores, sindicatos e grupos como associações profissionais e comunitárias, organizações de agricultores, associações juvenis, grupos de mulheres, consumidores, defensores do ambiente e muitos outros...) (cl)

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Amalia Tsoumani (at)
Chloé Lahousse (cl)
Chrysanthi Kokkini (ck)
Daniela Marangoni (dm)
David Gippini Fournier (dgf)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Jasmin Kloetzing (jk)
Katharina Radler (kr)
Laura Lui (ll)
Magdalena Walczak Jarosz (mwj)
Marco Pezzani (mp)
Margarita Gavanis (mg)
Nicola Accardo (na)
Pablo Ribera Paya (prp)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Katerina Serifi (ks)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.

O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.

A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

04/2021